

Hipólito de la Torre Gómez, A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-36), Lisboa: Cosmos, 1998.

Fernando Rosas (ed.), Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa: Colibri, 1998.

A relação entre os acontecimentos em Portugal e Espanha é clara. Antes de 1926, a ditadura de Primo de Rivera inspirou os golpistas contra os governos do PRP. Depois de 1926, a queda de Primo de Rivera (1930) e da monarquia em Espanha (1931) reanimou os inimigos da Ditadura Militar em Portugal. Em 1931, é com a ajuda dos radicais no poder em Madrid que o Revirvalho passou a contar para derrubar a Ditadura. Finalmente, a vitória do general Franco em Espanha, em 1939, tem sido considerada como a confirmação do poder de Salazar em Portugal. Esta aparente simbiose com Espanha levanta a questão de determinar o peso dos «factores externos» na evolução política portuguesa. O assunto já foi tratado, há dez anos, por César Oliveira.¹ O livro de Hipólito de la Torre e a colectânea de estudos dirigida por Fernando Rosas não contêm elementos para retocar o quadro interpretativo estabelecido por César Oliveira, mas trazem mais pormenores e alguma reafinação.

¹ *Portugal e a II República de Espanha* (Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1985); *Salazar e a Guerra Civil de Espanha* (Lisboa: O Jornal, 1987).

O livro de Hipólito de la Torre é o último, até à data, numa série de estudos com que o autor cobriu as relações diplomáticas entre os dois países desde a proclamação da república em Portugal até ao começo da guerra civil em Espanha.² Como todos os outros, está baseado na consulta da imprensa e dos arquivos diplomáticos de Lisboa e Madrid. O estilo é claro e os conhecimentos do autor são seguros. Os motivos de interesse deste volume são vários. O apêndice documental, por exemplo, inclui o retrato de Salazar por Claudio Sánchez Albornoz, escrito com aquela típica indisponibilidade dos professores universitários para se deixarem impressionar por outro professor universitário (pp. 185-188).³ As limitações do trabalho são também óbvias. Trata-se, em geral, de uma história demasiado concentrada no expediente das chancelarias, e sobretudo muito bilateral, em que por vezes se perde o sentido do cenário mais vasto. O livro, por outro lado, já se ressentia da data em que foi originalmente redigido (1980-1988). No conjunto, este e

² V. Hipólito de la Torre Gómez, *Conspiração Contra Portugal, 1910-1912. As relações políticas entre Portugal e Espanha* (Lisboa: Livros Horizonte, 1978); *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha, 1913-1919* (Lisboa: Editorial Estampa, 1980); *Do Perigo Espanhol à Amizade Peninsular: Portugal-Espanha, 1919-1930* (Lisboa: Editorial Estampa, 1985).

³ O mesmo texto é também publicado por António Pedro Vicente, «O Cerco à Embaixada da República Espanhola em Lisboa» em F. Rosas (ed.), *Portugal e a Guerra Civil*, cit., pp. 49-52.

outros trabalhos do autor poderiam constituir a base para uma síntese sobre a convivência entre Espanha e Portugal no século xx, que Hipólito de la Torre parece mais habilitado do que ninguém para escrever.

1. O IBERISMO

A questão geral que o livro levanta é a de saber «o que quis e o que pôde fazer no plano internacional a democracia republicana que emergiu em Espanha a 14 de Abril de 1931» (p. 17). No que respeita a Portugal, a conclusão é que, apesar do que Hipólito de la Torre diz, não quis demasiado e não pôde fazer nada. Hipólito de la Torre esforça-se por provar que o «perigo espanhol» não era um produto inteiramente *made in Lisbon* (pp. 48-49). É verdade que Manuel Azaña, a figura dominante do governo espanhol entre Abril de 1931 e Novembro de 1933, foi certamente um dos últimos crenentes na federação peninsular (p. 55). Hipólito de la Torre insiste no tema na sua colaboração para o volume sobre a Guerra Civil dirigido por Fernando Rosas.⁴ O federalismo ibérico tinha sido, no século XIX, uma componente importante das tradições revolucionárias de ambos os lados da

⁴ Hipólito de la Torre, «La conspiración iberista de Manuel Azaña» em Rosas (ed.), *Portugal e a Guerra Civil*, cit., pp 209-220. Sobre as ideias e o papel de Azaña, veja-se o estudo de Stanley Payne na colectânea dirigida por Rosas, «La Quiebra de la Segunda República», op. cit., pp. 107-121.

fronteira, uma espécie fruste de mazzinismo ibérico, o esboço de um nacionalismo peninsular que nunca floresceu, ao contrário do que aconteceu em Itália.⁵ O federalismo nunca se tornou objectivo declarado e oficial de qualquer governo ou de qualquer partido de governo, quer em Portugal, quer em Espanha. Os muitos inimigos do iberismo, sobretudo em Portugal, depressa se habituaram a ler entre as entre-as-linhas para o detectar, como fez o sempre vigilante iberófobo embaixador português em Madrid em 1931 (p. 49). Os republicanos que tomaram o poder em 1931 eram talvez federalistas e certamente detestavam a Ditadura Militar portuguesa. No entanto, o breve e confuso auxílio que prestaram aos emigrados portugueses na segunda metade de 1931 não passou, segundo se depreende deste livro, de um mal amanhado e mal financiado contrabando de armas. Nunca foi tanto uma «política de estado», decidida no conselho de ministros em Madrid e consistentemente seguida, como um manejo particular de Manuel Azaña. Aliás, pelos excertos do diário de Azaña citados por Hipólito de la Torre, percebe-se que nem todos os membros do gabinete tinham conhecimento das intenções de Azaña para Portugal e que certamente a maioria ignorava os detalhes (p. 56). O próprio autor sugere que na política portuguesa de Azaña havia mais entusiasmo inexperiente do que decisão

⁵ V. José Antonio Rocamora, *El Nacionalismo Ibérico, 1792-1936* (Valladolid: Universidad de Valladolid, 1994).

madura. Talvez houvesse ainda outra coisa. Azaña era amigo de Afonso Costa.⁶ Mais do que afã ibérico, o seu pequeno comércio de armas pode ter sido uma maneira barata e inofensiva de se desempenhar de antigos compromissos e deveres de solidariedade revolucionária. Por outro lado, também se poderia interpretar o iberismo de Azaña em função da política interna espanhola. Era uma moldura dourada para fazer passar a autonomia catalã. Perante a desagregação federal do estado espanhol, salvaguardava retoricamente a «grandeza de Espanha», tanto mais que era sempre visto como um passo preliminar para uma grande federação hispano-americana. Era, aliás, na Catalunha que o iberismo estava mais vivo.⁷

O iberismo foi sempre mais uma aspiração ou tentação de pensadores, de gente de café, de gabarolas (como Afonso XIII) do que uma «política de estado», como às vezes Hipólito de la Torre sugere (p. 54). A verdade é que, independentemente da resistência portuguesa, a Espanha nunca teve meios militares, financeiros ou cobertura diplomática para qualquer aventura em Portugal. Até mesmo em termos de propaganda: o orçamento espanhol para o efeito era um décimo do que a França, a Alemanha e a Itália gastavam em campanhas culturais no estrangeiro.⁸ Os devaneios

contrabandistas de Azaña foram uma sub-intriga a que Hipólito de la Torre talvez dê mais importância do que a que teve (pp. 41-45). Aliás, os mais sérios defensores da federação ibérica do lado espanhol eram os primeiros a recomendar respeito escrupuloso pela soberania portuguesa. Preferiam apostar numa convergência económica e cultural, para a qual convinham boas relações entre os estados (ver a recomendação de Salvador Madariaga, p. 56). Ou seja, o iberismo mais sério, o iberismo acima da bravata ou da *boutade*, não era intervencionista, mas precisamente o contrário.

A política oficial da Ditadura Militar em Lisboa foi sempre a de «absoluta neutralidade» perante os conflitos em Espanha (p. 51), e a do governo republicano espanhol de «fraternidade peninsular» e respeito pela soberania portuguesa (p. 54). Como o próprio autor nota, nunca houve qualquer imbróglio diplomático (p. 40). Na Europa da década de 1930, cheia de incidentes fronteiriços e prenúncios de guerra, a fronteira luso-espanhola era uma zona pacata. Muito separava os radicais espanhóis dos ditadores portugueses. Mesmo assim, ainda conseguiram encontrar inimigos comuns e colaborar, por exemplo, no controle de comunistas e anarquistas (p. 36). De resto, a ameaça espanhola nunca foi tomada a sério em Lisboa. O federalismo aplicado à Catalunha e a outras nações hispânicas depressa passou a ser visto pelos ibérofobos como uma «diminuição» do Estado espanhol (p. 51). O episó-

⁶ César de Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha* (Lisboa: O Jornal, 1988), p. 111.

⁷ Sobre o nexó entre iberismo e catalanismo, v. Rocamora, *El Nacionalismo*, cit., pp. 174-175.

⁸ Saz, «The Second Republic», cit., p. 75.

dio do contrabando de 1931 talvez não mereça a designação de «guerra oculta» que Hipólito de la Torre lhe dá. Serviu apenas para a direita espanhola, uma vez no poder (1934-1936), comprometer os seus rivais da esquerda radical.

O impacto da política do governo de Espanha em Portugal foi nulo. Os radicais espanhóis do governo de 1931 forneceram dinheiro e armas aos exilados portugueses, mas para estes os usarem em Portugal. Esta condição retirava qualquer impacto ao auxílio espanhol. Desde 1931, os revirallistas deixaram de ter meios para lançar, dentro do país, operações como as do 28 de Agosto. Logo, a Espanha só poderia ser útil se permitisse a concentração e treino de um exército emigrado para uma invasão – como se previu no plano «L», em 1938.⁹ A vitória da Frente Popular (Fevereiro-Julho de 1936) e o regresso de Azaña ao governo, depois do interlúdio direitista (1933-1936), permitiram aos chefes revirallistas de sempre voltar às pensões da raia. Mas já eram, então, poucas dezenas de comparsas. A maioria do Revirallo aproveitara as amnistias entretanto decretadas. Em suma, a oposição não estava em condições de explorar a mudança em Espanha, e em Espanha os dirigentes radicais, só por si, não dispunham de meios ou condições para provocar uma mudança em Portugal.¹⁰ Em termos diplomáticos,

⁹ V. Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil*, cit., pp. 275-278.

¹⁰ V. a este respeito Luís Farinha, *O Revirallo. Revoltas Republicanas contra a*

continuou-se a cultivar a cordialidade, Interessado em atenuar a hostilidade inglesa (e norte-americana) ao governo radical, Azaña não precisava de conflitos com Portugal (p. 92).

A Espanha, para as oposições portuguesas, nunca foi apenas terra de exílio. Foi também uma espécie de boletim meteorológico do clima político. O que acontecia em Espanha era sempre usado como um prenúncio do que podia acontecer em Portugal. Por isso, as oposições revolucionárias portuguesas, pelo menos desde a segunda metade do século XIX, esperaram tudo de uma prévia revolução em Espanha. Foi assim em 1868, quando a queda dos Bourbons em Madrid inaugurou a época dourada do «iberismo», motivo inesgotável de debates e de rumores. Os governos portugueses, pelo seu lado, habituaram-se a recorrer à ameaça espanhola para deprimir os revolucionários domésticos e invocar a benção da armada inglesa. Foi o que Fontes Pereira de Melo fez na década de 1870. O PRP, depois de 1910, seguiu-lhe o exemplo, identificando a oposição monárquica com o iberismo. De facto, os movimentos extremistas dos dois países andaram frequentemente entrelaçados e foram interdependentes.¹¹ Mas o papel da

Ditadura e o Estado Novo (Lisboa: Estampa, 1998), pp. 240, 291. Farinha volta ao tema na colectânea dirigida por F. Rosas: «O Republicanismo/Revirallismo e a Guerra Civil de Espanha», op. cit., pp. 153-176. V. tb. João Brito Freire, «O Partido Comunista Português e a Guerra Civil de Espanha», ibidem, pp. 177-196.

¹¹ Como nota João Freire, os anarquistas portugueses sempre se sentiram parte da

Espanha na política portuguesa foi sobretudo o de um grande fantasma. Talvez Hipólito de la Torre se tenha esforçado por dar demasiada realidade a este fantasma.

2. O TERCEIRO AUSENTE

Há ainda um outro aspecto que a dimensão bilateralista do presente livro faz esquecer. É que as relações entre Portugal e Espanha não eram demasiado importantes para nenhum dos dois países. A política entre estados na Europa estava subordinada às grandes potências. A Espanha não era uma grande potência europeia, nem sequer regional, apesar do seu desenvolvimento económico na década de 1920. A política dos governos radicais da República espanhola, exaltados pelo medo de ficarem comprometidos com a França, foi certamente mais ideológica do que anteriormente. Mas em geral, não passou da tentativa de fazer da fraqueza uma virtude: tentaram ser o aluno exemplar da Sociedade das Nações, para se refugiarem depois num neutralismo rígido. De uma maneira ou outra, o único fato diplomático que puderam usar foi o do moralismo pacifista.¹² Para evitar o

Federação Anarquista Ibérica, fundada em 1927. A destruição da República espanhola em 1939 contribuiu de facto para reduzir a sua margem de manobra e para criar um «clima de derrota» que os liquidou. Ver «Sobre o Anarquismo Português e a Guerra de Espanha» em F. Rosas (ed.), *Portugal e a Guerra Civil*, cit., pp. 204-205.

¹² V. Ismael Saz, «The Second Republic in the International Arena» em S. Balfour e

compromisso francês, precisavam de manter boas relações com a Inglaterra. Ora, a afabilidade inglesa dependia, entre outras coisas, do respeito escrupuloso pela soberania de Portugal — estado que, para todos os efeitos, era universalmente tratado nas chancelarias europeias, desde o século XIX, como zona de influência inglesa, uma espécie de Gibraltar em ponto maior. Em Lisboa, a relação com a Espanha também era vista, sobretudo, como uma dimensão da relação com a Inglaterra. O iberismo dos governos radicais em Espanha foi um espantalho que serviu à diplomacia salazarista para tentar ressuscitar as garantias de 1873, dadas pela Inglaterra contra a I República espanhola (pp. 29, 97). Inventou-se até um plano francês para arrastar a Península para fora da área de influência inglesa (p. 60). A boa convivência peninsular, iniciada com a vitória eleitoral da direita espanhola em Novembro de 1933, teve também um interesse inglês para ambas as partes. A direita espanhola fez do respeito pela independência portuguesa uma prova de respeitabilidade, enquanto denunciava as aventuras de Azaña para desacreditar a esquerda (p. 67). Quanto a Salazar, interessava-lhe pouco a garantia colonial oferecida pela Espanha (p. 71). A boa relação com Madrid — sem importância

P. Preston (eds.), *Spain and the Great Powers in the Twentieth Century* (Londres: Routledge, 1999), pp. 73-95. V. tb. Juan Carlos Jiménez Redondo, «La Política Exterior de la República Española» em F. Rosas (ed.), *Portugal e a Guerra Civil*, cit., pp. 221-237.

em si (p. 79) — era útil na medida em que podia valorizar Lisboa aos olhos de Londres, como uma via para a Espanha se aproximar de Inglaterra (pp. 72, 118, nota, 97). Um governo agressivamente iberista em Espanha provavelmente só teria como efeito reforçar o apoio inglês ao governo de Lisboa. É a Inglaterra, o terceiro ausente, a chave para as relações luso-espanholas.

A vida doméstica da Espanha era importante para Portugal porque a Espanha, como país envolvente, criava uma atmosfera que podia ser explorada por forças políticas portuguesas. Mas a política externa dos governos espanhóis foi sempre um factor secundário, quase irrelevante na política portuguesa. Se a experiência de 1931 prova alguma coisa, é precisamente isso: só com o auxílio clandestino de Azaña, os Reviralhistas ter-se-iam certamente mantido activos e ficado agasalhados, mas sem reais chances de vencer a guerra dentro de Portugal. Eles próprios sabiam disso. A Ditadura, tal como todos os governos portugueses até então, não tinha razões para temer a política dos governos espanhóis, mesmo radicais, porque qualquer governo em Espanha estaria sempre comprometido e enleado pela pressão das grandes potências. Aquilo que a Ditadura devia temer era a revolução em Espanha, isto é, a falta de governo. Ora, em 1931 não houve revolução em Espanha. Foi só isto que importou à Ditadura portuguesa.

De resto, a única diplomacia que verdadeiramente preocupava os polí-

ticos portugueses era a da Inglaterra. A este respeito, a Ditadura e Salazar nunca tiveram razões para estar preocupados, nem a oposição republicana motivos de esperança. A Inglaterra absteve-se sempre de tratar Portugal como um protectorado. Não só por comedimento diplomático, mas também porque nenhum governo inglês poderia esperar suficiente apoio interno para uma intervenção directa. Só este facto, em si, jogava a favor da Ditadura. Havia, no entanto, mais razões para a ditadura se sentir confortável. Afinal, a Inglaterra tinha meios para uma intervenção indirecta, económica ou financeira. Mas os governos ingleses nunca esconderam as suas preferências, e estas iam todas para o tipo de regime antecipado por Sidónio Pais: um governo que mantivesse a forma republicana do estado e ao mesmo tempo conciliasse a direita católica e monárquica. Ora, foi precisamente este compromisso que a Ditadura Militar e o Salazar do início se propuseram arranjar.

Tudo isto era tristemente claro para o Revirvalho e mais claro se tornou para todos durante a revolta da Madeira na Primavera de 1931. Os Reviralhistas sabiam que as potências ocidentais lhe eram hostis, especialmente a Inglaterra.¹³ Daí que se houvessem esforçado, nos primeiros

¹³ V. e.g. as intervenções de Bernardino Machado e de Afonso Costa nas actas da Comissão de Unidade, Junho de 1928, em Oliveira Marques (ed.), *A Unidade da Oposição à Ditadura* (Lisboa: Europa-América, 1975), pp. 46-48.

tempos, por parecer gente bem comportada: renunciaram publicamente à «revolução» e anunciaram querer apenas conquistar o poder através de um cirúrgico golpe militar. Mas nunca puderam contar com mais do que a simpatia dos seus correligionários instalados em Madrid depois de 1931. As conversas de Jaime Cortesão, uma das cabeças da Liga de Paris, com Manuel Azaña em 1931 parecem indicar que a benevolência inglesa para com os ditadores gerou, entre o Revirvalho, um sentimento de anglofobia análogo ao de 1890, tal como então acompanhado de um fantástico iberismo (p. 55). Mas também pode acontecer que Cortesão estivesse apenas a lisonjear as fantasias de Azaña. É que a solidariedade ibérica não era alternativa à simpatia da Inglaterra. Durante a Guerra Civil de Espanha, a grande esperança dos exilados portugueses foi que a Inglaterra se deixasse impressionar pelas consequências de uma suposta viragem pró-germânica em Portugal. Desde então, uma zelosa anglofilia passou a ser o melhor trunfo da oposição. Em 1939, os Revirvalhistas esperaram muito da necessidade de Portugal entrar no campo aliado contra o Pacto Germano-Soviético. Os Republicanos poderiam então aspirar a ser recuperados para integrar uma aliança nacional¹⁴. Era uma segunda edição do guerrismo do PRP em 1914, só que desta vez alimentado da oposição. E talvez esteja aqui a

¹⁴ V. Luís Farinha, *O Revirvalho*, cit., pp. 250, 265-266

explicação estratégica da complacência inglesa para com a Ditadura.

Porque é que mesmo os governos dirigidos pelo líder trabalhista Ramsey MacDonald conviveram com a Ditadura Militar? Pelo medo de ver Portugal alinhado com a Espanha e com a França, diminuindo a influência inglesa? (p. 60) Pela suspeita de que qualquer governo de esquerda, em partes atrasadas da Europa, fosse sempre uma porta aberta para a bolchevização? Ou, mais comezinhoamente, devido ao desprezo pelos latinos e católicos, tradicional mesmo entre os grandes liberais ingleses, para os quais as ditaduras, ainda por cima sensatas como a de Salazar, eram o melhor governo possível para raças inferiores como a portuguesa?¹⁵ Possivelmente, por todas estas razões, mas sobretudo por uma questão de estratégia. A este respeito, o paralelo da relação entre a Espanha e a França pode iluminar a relação entre Portugal e a Inglaterra. Essa relação foi curiosamente ótima durante a ditadura de direita de Primo de Rivera, que sempre votou modestamente ao lado da República francesa nas assembleias internacionais; degradou-se, porém, logo que a esquerda radical subiu ao poder em

¹⁵ Um aspecto que nunca deixou de chocar os comentadores recentes dos relatórios da embaixada inglesa em Lisboa. Ver eg João Arsénio Nunes, «A formação do estado fascista em Portugal à luz da correspondência diplomática britânica (1926-1933)» em AAVV, *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959* (Lisboa: Fragmentos, 1986), vol. I, p. 196.

Madrid em 1931 e se começou a querer dar ares de potência independente e progressiva. Como notou um político espanhol, citado por Hipólito de la Torre, as potências democráticas ocidentais pareciam preferir estar rodeadas de «Bélgicas», governos dependentes e sensatos, como a ditadura de Primo de Rivera e a Ditadura Militar portuguesa, do que de democracias desesperadas para se porem em bicos de pés, convencidas de que a sua política externa tinha de ser o reflexo coerente das suas orientações progressistas internas (pp. 58-59). A impertinente insistência dos radicais portugueses em entrar na guerra em 1914 tinha sido uma boa lição para a Inglaterra. Ao contrário, Salazar, como notou César de Oliveira no caso da Guerra Civil de Espanha (1936-1939), mesmo quando se comprometeu na vitória de Franco, esforçou-se sempre, no mínimo, por não embarçar Londres.¹⁶ É quase certo que Salazar, apesar de alguns mal-entendidos, serviu muito melhor os ingleses, do que uma República radical e belicista, capaz de arrastar a Península para a guerra e a ocupação alemã. As conveniências estratégicas das democracias ocidentais foram outro trunfo das ditaduras ibéricas.

RUI RAMOS

¹⁶ Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil*, cit., especialmente pp. 191-192, 201, 308, 332-335, 351-352. A questão é também tratada por António Telo na colectânea dirigida por Rosas: «As relações peninsulares num período de guerras globais (1935-1945)», op. cit., pp. 133-151. *desk 710C*

Robert Rowland, **População, Família, Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX**, Oeiras, Celta Editora, 1997, 231 páginas.

Robert Rowland reúne neste volume os resultados de investigações que o têm ocupado nos últimos quinze anos. Este livro, a par de discussões mais conceptuais sobre demografia histórica e história da família, apresenta, a partir dos recenseamentos da população, uma caracterização minuciosa da diversidade regional dos padrões de nupcialidade e da estrutura dos agregados domésticos, respectivamente para o Portugal continental da segunda metade do século XIX e de 1960. Pretende, com este trabalho de caracterização estatística do continente português, contextualizar os microestudos e, em geral, as pesquisas localizadas de carácter monográfico, assim avaliando a sua representatividade e alcance.

1. PERSPECTIVAS

No primeiro e breve capítulo, «Alcance e limitações da história da família», Rowland insiste no carácter necessariamente contextual e interdisciplinar de qualquer análise sobre a família. Partindo da importância, na antropologia, do estudo dos sistemas de parentesco, instituição fundamental na base da organização social das sociedades pré-industriais, interroga-se sobre os esquemas teóricos para a explicação de realidades sociológicas,